



SER TRANSMASCULINO - Relato de experiência

Matheus Raphael da Silva Gomes

Licenciatura em Geografia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, São Paulo, SP, Brasil.

matheus.raaphael@aluno.ifsp.edu.br

Resumo

Este relato de experiência narra a trajetória de uma pessoa transmasculina e não binária para analisar a ausência da abordagem sobre diversidade de gênero no ambiente escolar. O texto descreve a jornada de autoconhecimento, desde a inadequação ao gênero designado na infância até a transição social e médica na adolescência, marcada por disforia de gênero, depressão e violência escolar. A narrativa evidencia como a cisnormatividade é reproduzida pela escola, e as identidades trans não são consideradas. Como futuro educador, o autor defende uma pedagogia radicalmente inclusiva e que contemple a diversidade humana, com atenção às diversidades de gênero, sexual e étnico-racial. Conclui-se pela urgência de se discutir gênero e sexualidade nos currículos de forma transversal e interseccional, sendo importante a formação continuada de professores que criem espaços de acolhimento e inclusão, nos quais a existência trans seja não apenas reconhecida, mas valorizada como parte essencial da educação para a emancipação.

Palavras-chave: transgênero; inclusão escolar; diversidade de gênero; cisnormatividade; sexismo.

BEING TRANSMASCULINE - Experience Report

Abstract

This experience report narrates the trajectory of a transmasculine and non-binary person to analyze the absence of gender diversity approaches in the school environment. The text describes the journey of self-discovery, from the inadequacy with the gender assigned in childhood to social and medical transition in adolescence, marked by gender dysphoria, depression, and school violence. The narrative demonstrates how cisnormativity is reproduced by schools, and trans identities are not considered. As a future educator, the author advocates for a radically inclusive pedagogy that contemplates human diversity, paying attention to gender, sexual, and ethnic-racial diversity. It concludes with the urgency of discussing gender and sexuality in curricula in a transversal and intersectional way, emphasizing the importance of continuous teacher training to create welcoming and inclusive spaces where trans existence is not only recognized but valued as an essential part of education for emancipation.

Keywords: transgender; school inclusion; gender diversity; cisnormativity; sexism.



1. INTRODUÇÃO

Este relato de experiência expõe a vivência pessoal e escolar de uma pessoa transmasculina para conscientizar e sensibilizar sobre a diversidade sexual e de gênero, inerente ao cotidiano escolar, mas pouco discutida no processo de aprendizagem. Unindo o saber teórico com a dimensão subjetiva do conhecimento, serão trazidos marcos de experiências e percepções pessoais ao longo da vida, para leitores que buscam compreender melhor essa realidade. O relato inicia com o histórico de autodescoberta e como aconteceu a transição, dentro e fora da escola. Em seguida, expande a análise para a interseccionalidade das opressões, ligando o sexismo e a transfobia ao racismo, heranças da colonização europeia. Segue descrevendo os desafios de construir uma masculinidade longe dos modelos binários e tóxicos que é comumente esperado. Conclui-se este texto reforçando a importância do tema para melhor compreensão de si e do outro na construção coletiva e crítica do conhecimento na escola.

2. DESAFIOS DO AUTOCONHECIMENTO

Durante 15 anos da minha vida, fui levado a acreditar que fosse menina e estava sendo preparado para tornar-me mulher, embora com 5 anos de idade pensasse: “eu quero ser um garoto, mas minha família não aceita, então não tem o que fazer”. Até aquele momento não tinha conhecimento sobre a possibilidade de transição de gênero, mas, logo na infância, já pensei sobre o incômodo ao ser designado feminino e um desejo em ter um corpo mais masculino. Porém, prevendo retaliações, esse pensamento foi deixado de lado por um tempo.

Vivi anos da infância mais próximo dos meninos; nas minhas brincadeiras, o meu “faz de conta” era ser um garoto, tinha “jeito de moleque”, era considerado uma “menina estranha” e não tinha a mesma facilidade que as outras crianças em socializar. Como uma forma de escape, tive um amigo imaginário com o nome que mais tarde escolhi como meu.

Mudei de escola algumas vezes e, entre trocas de escolas privadas até os 11 anos, aos 12, fui para uma escola pública pela primeira vez. Conheci uma face mais dura da violência escolar, diferente das microagressões que já aconteciam. Na pré-adolescência, enfrentei assédio na escola e na rua, sob a forma de importunações físicas, verbais e sexuais. Esse período coincidiu com o início da puberdade, quando a disforia de gênero se intensificou dentro de mim, ainda que eu não compreendesse claramente o que estava acontecendo. Com tudo isso, nesse período, também comecei a enfrentar a depressão.



A disforia de gênero é um diagnóstico no DSM-5-TR, definido como “sofrimento ou comprometimento clinicamente significativo devido à incongruência de gênero, que pode incluir o desejo de alterar características sexuais primárias e/ou secundárias” (Drescher, 2025). Apesar de ser um termo criticado pela comunidade trans ao carregar visões patologizantes da vivência pela medicina psiquiátrica, inclusive dentro de um Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, é amplamente utilizado para indicar a dificuldade de se sentir confortável no próprio corpo pelas características evidentes que não condizem com a identidade de gênero. Tem forte influência social, pois reúne marcadores para a leitura social das pessoas sobre nós: o quanto expressamos de masculinidade/feminilidade vai determinar se quem nos vê nos enxerga como homem, mulher ou uma incógnita.

Ideologicamente a sociedade binária e sexista, ocidental e/ou colonizada, tem complexas estruturas políticas e econômicas que sustentam a hierarquização entre os gêneros, subjugando a mulher à dominação masculina, e reconhecendo esses gêneros por signos específicos, principalmente através da aparência ou da performance (Bernardino, 2021). Parte da população trans tem o sentimento de não-pertencimento, ao não se identificar ou encaixar nos papéis que foram designados, e ter o desconforto com o próprio corpo. Essa pressão social intensifica a disforia de gênero: nos julgamos e humilhamos pelo olhar da norma cisgênera, através do subconsciente. Porém, nem toda pessoa trans experiencia esse sofrimento.

Eu segui parte da pré-adolescência ouvindo ainda apelidos pejorativos, sendo invadido, invalidado e oprimido por outros colegas e sem saber exatamente o porquê era tão diferente. Tive poucos amigos e alguns colegas que eu tentava buscar alguma amizade por gostos em comum, seja por estudos, *hobbies* ou músicas.

Odiar o corpo, acreditar ter nascido no corpo errado, são ideias implantadas estruturalmente na nossa criação. Para o senso comum, transicionar é trocar de sexo, por escolha ou para corrigir um erro da natureza. Algumas pessoas trans compram essa ideia, com uma busca incessante para se corrigir, de forma até a negar a própria condição. Somos cobrados o tempo todo a reforçar estereótipos de gênero, assim como as pessoas cis cobram entre si, mas não precisamos ceder a isso. Transicionar é uma afirmação de um autoentendimento, é assumir para si e para o mundo que aquele gênero que foi designado sem consentimento não faz sentido para si, é não se enxergar naquele rótulo. É se sentir mais

verdadeiro assumindo outra identidade, outra expressão de gênero mais confortável e condizente com sua identidade e não há uma obrigatoriedade de caber nas normas existentes.

Realmente entendi e expus, com 16 anos, que fui designado ao sexo feminino pela leitura biossocial do meu corpo, mas que não me identificava com ser mulher, e sim com o gênero masculino. Neste momento não conhecia a não-binariedade, então se eu não era mulher, logo devia ser um homem. Quando entendi que era possível fazer uma transição, começou uma luta para adequar o meu corpo, minha expressão e a minha vida ao meu gênero, apesar da represália por parte da pessoa que me criou – minha avó, entre outros familiares – e mais idealizou a mulher que me tornaria. Nesse momento comecei a psicoterapia, por meio da qual passei a tratar a depressão e com a qual pude começar a entender, organizar meus sentimentos, pensamentos e lutas pelas quais estava passando.

No Ensino Médio, ao conversar com colegas e professores, pedi para que me chamassem por um novo nome e passassem a se referir a mim com pronomes masculinos. Nesse momento, em comparação com o que passei até ali, senti diferença em certa medida positiva com relação ao respeito no geral. Meus colegas me respeitaram da forma ideal, mas nem todos os professores foram respeitosos e acolhedores como poderiam: alguns resistiram a respeitar meu nome, meu pronome e minha decisão de usar o banheiro masculino.

Ao mudar meu cabelo, minha roupa, meu nome, mais eu me sentia confortável e mais coisas eu queria. Foi quando meu processo começou a fazer sentido. Até esse momento era muita confusão, eu não entendia por que eu estava sofrendo tanto, quem eu era, mas descobri que tinha muitas possibilidades interessantes para experienciar. Foi tempo suficiente tentando caber na caixa que “nasci para caber” e agora uma nova expectativa surgia.

Necessitava fazer a adequação hormonal e comecei com a testosterona aos 16 anos, sendo acompanhado por um endocrinologista. Meu corpo e meu rosto foram, aos poucos, mudando. Minha voz e meus pelos mudaram bem mais rápido. Foi o começo da transformação mais visível, mas principalmente um passo crucial para começar a me sentir mais confortável no meu corpo. Ainda não tinha meu nome escolhido na certidão de nascimento e tinha duas mamas que pesavam mais na minha mente do que no corpo em si.

Retifiquei meu nome e meu sexo no registro civil com 18 anos, quando meu nome social passou a ser nome civil e meu antigo nome virou “nome morto”. Foram mais 3 anos até eu conseguir a cirurgia de mamoplastia masculinizadora, convivendo com a disforia corporal

pelo conflito da minha identidade ainda com uma parte do meu corpo, que comprimia muito com faixas ou fitas para não ficar evidente minha condição biológica.

A partir dos 21 anos de idade, comecei uma nova vida, mais confortável no meu corpo. Foi onde comecei a me sentir finalmente em casa e feliz com meu reflexo por inteiro. Minha mamoplastia era, até aquele momento, o último passo da minha transição de gênero. Comecei a saga de construção e descoberta de si em um corpo mais liberto, menos limitado ao peso da subjugação de ser um corpo visivelmente dissidente (um indivíduo masculino com seios).

Após uma jornada de transformações, chego à idade adulta com um novo conjunto de desafios. Aos 26 anos estou buscando viver com a liberdade de ser quem sou, continuo me conhecendo e crescendo enquanto pessoa. Hoje sou lido socialmente, à primeira vista, como homem: ninguém percebe que sou trans, se não quando eu falo sobre ou deixo em aberto (sem camiseta tenho cicatrizes evidentes, não tenho o volume de um pênis e nem faço questão de ter). No máximo sou lido como homossexual, por não seguir a masculinidade ideal. Busco falar mais sobre minha identidade, pois minha aparência mais superficial não demonstra bem quem sou eu, e, quanto menos falo, mais sou colocado em um lugar que não me pertence.

Ainda carrego questões que são vistas como “de mulher” por ter vulva, vagina e útero – menstruação quando estou sem testosterona, possibilidade de gravidez, necessidade de consulta com ginecologista – situação com a qual não tenho problema ou desconforto algum, apesar do senso comum olhar com estranheza e não considerar essas experiências dissidentes.

O que ainda permanece no meu dia a dia é a disforia social, uma outra forma de disforia, decorrente diretamente da invisibilidade, inexistência, negação das identidades trans no meio social, pela transfobia explícita ou velada, segundo a qual trans não existem ou não deveriam existir. É um pacto da cisgeneridade, reproduzido no senso comum e muito bem aceito.

Apesar de viver, hoje, da forma que me conforta, algumas angústias que ainda vivencio são reflexo da construção e determinação social destinada aos gêneros no senso comum. O imaginário social não comporta homens com vagina, assim como se pensa travestis como homens montados, disfarçados de mulher. Ao falar em cuidado íntimo, saúde sexual e reprodutiva, homens trans e pessoas designadas do sexo feminino que não se encontram no espectro binário de gênero são esquecidas ou invalidadas, apesar de também necessitarem desta atenção como as mulheres cisgênero. Assim como o cuidado íntimo com o

pênis, quando sequer existe, também é pensado para a cisgeneridade. Para além da transfobia, o machismo, a misoginia e a violência de gênero também atravessam todas as existências trans, sejam elas transfemininas, transmasculinas, binárias e não-binárias, seja pelo ataque ou pelo silenciamento estrutural das suas existências.

Assim como afirma Périco (2021), as problemáticas de gênero são enraizadas, já que a sociedade exige um padrão de gênero ligado a determinação de que o sexo biológico dita como uma pessoa deve se portar ou por quem deve se atrair – a esta estrutura ele, e outros autores, nomeiam de cisheteronormatividade. A escola é um dos espaços de reforço dos estereótipos e os alunos reproduzem essas ideias, principalmente sem a interferência de mediadores preocupados com o respeito, a inclusão e o combate à discriminação.

Hoje sou discente do curso de Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Ao longo da minha trajetória no curso, esbarro com a mesma invisibilidade com a qual convivi até o momento. A cisgeneridade é a norma, a única possibilidade a ser apresentada nas diversas questões de gênero que passam pela educação; no IFSP, não foi diferente.

Penso que poderia ter tido acesso à existência da minha identidade por meio da escola, enquanto estive no ensino básico, mas não foi o que ocorreu, pois a escola ainda reproduz a norma, e a academia, ao formar professores, também mantém esse padrão. Dentre diversos grupos vulneráveis existentes, pouco se fala sobre a diversidade e igualdade de gênero nas escolas e nos cursos superiores.

Apesar das ausências do tema ao longo das disciplinas, sempre me esforcei ao máximo para torná-lo visível, quando possível. Já apresentei seminários nos quais trouxe a questão da diversidade de gênero e sexual e da inclusão escolar. A Prof.^a Dra. Maíra Kahl Ferraz foi quem mais teve atenção à diversidade de gênero e me inspirou ao mencionar o tema em aula. Foi a primeira vez em anos de curso que uma parte de mim foi lembrada e discutida durante uma aula, partindo de uma docente. Então, escolhi essa professora como orientadora de pesquisa para meu Trabalho de Conclusão de Curso, o qual terá o tema de Diversidade e Inclusão de pessoas trans na educação. Além disso, por meio dessa docente, tive conhecimento do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS), uma entidade importante no incentivo à educação inclusiva e não-sexista no meio acadêmico e de pesquisa, com a qual tive pouco contato, pois conheci recentemente, mas que considero imprescindível a aproximação para fortalecer as propostas.

3. VIVER CONSCIENTE DO SEXISMO (E RACISMO)

Hoje vivo uma masculinidade diferente e consciente do que ambos gêneros passam. Já fui a pessoa assediada, invadida, subjugada, imaginada como incapaz e sem voz. Hoje sou a pessoa que, de acordo com a cultura machista, “deveria” assediar, se impor, dominar e alcançar qualquer objetivo, sem fraquejar, sem demonstrar emoções e sentimentos, já que sou lido como um homem. Às mulheres, cabem os cuidados domésticos, maternos; aos homens, o trabalho, o uso da força física e gestão da vida pública. Essa é a ideia do sexismo (ou cissexismo), que “se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero” (Jesus, 2012, p.28). Trans ou cisgênero, as pessoas que não seguem essas regras são discriminadas. É a principal crença que movimenta a cisheteronormatividade e a transfobia.

Ao transicionar, muitos homens trans caem no erro de reproduzir sexismos para que sejam mais aceitos no seu meio social. Tornam-se homens machistas, até porque isso é considerado “coisa de homem” e assim imaginam que serão considerados legítimos. Sempre fui contra essa subjugação do sexo e/ou do gênero feminino e continuo sendo. A reprodução de estereótipos não leva a uma inclusão genuína, apenas reforça padrões de opressão.

Da mesma forma que a discriminação de gênero é perversa, assim o é o racismo. Os estereótipos se reforçam e estão interligados, pois têm origem na colonização por parte da civilização europeia, com raiz na cultura greco-romana e com ideais de superioridade de gênero (Périco, 2021), a mesma base para a suposta superioridade racial que aparece na modernidade.

É importante mencionar o quanto as mulheres trans e travestis são subjugadas como homens que abriam mão de sua superioridade masculina para viver o feminino. Da invalidação da identidade de gênero à violência extrema, todas essas formas de discriminação são muito próximas e muitas vezes são acumuladas: sexismo, machismo, homofobia, transfobia e racismo. Mulheres trans e travestis negras são as que mais estão suscetíveis à marginalidade, ao preconceito e à extrema vulnerabilidade (Diéguez et al., 2021, p. 85-86).

Tenho a pele clara e sou autodeclarado branco. Conheço pouco minha ancestralidade, mas sempre busco conhecer e respeitar todas as raízes. Nas raízes do meu país, dos meus irmãos de terra, descendentes de originários ou de povos sequestrados em séculos passados, existe muito conhecimento potencial para evoluirmos. É importante pensar em como resgatar ideais pré-coloniais e ancestrais, e assumir comportamentos anticoloniais para enfrentar essa

violência histórica. Não podemos ignorar a história e como foi formado esse país e não podemos nos calar diante das injustiças que permeiam nossa realidade.

4. (TRANS)MASCULINIDADE NÃO-BINÁRIA

Transicionar, ou readequar minha vida e meu corpo em respeito aos meus sentimentos, me fez criar, do zero, uma masculinidade própria. Meu pai me aceitou como filho anos depois da minha transição, não aprendi com ele qualquer etiqueta do ser homem, não tive uma orientação paterna ou materna nesse sentido (assim como muitos não têm) e apenas tive referências. Venho explorando e construindo essa masculinidade, que pretendo sempre passar o mais longe possível da tóxica e não consigo mais visualizá-la como binária.

Não quero e não tenho como ser um homem, não fui criado como um, e apesar de tentar em um momento caber nesta caixa, também não foi muito confortável. Fui criado como uma menina e futura mulher até certa parte da minha vida; essa criação ainda ecoa dentro de mim em muitas situações e não tem como ser apagada. Apesar de comportamentos considerados mais masculinos na infância, isso era reconhecido como “fora da regra” e tais posturas eram reprimidas para que eu me adaptasse ao que “eu nasci para ser”. Fui ensinado sobre comportamentos e atitudes esperados do ser feminino e ainda mantenho virtudes dessa criação que deveriam ser generalizadas.

A fase inicial da transição, quando tinha uma expressão mais andrógina, despertou fobias sociais, atraiu olhares e comentários do tipo “mas isso é menino ou menina?”. Foi quando o medo do assédio se juntou ao medo da transfobia. Me esforcei mais para parecer um garoto, falhando em não conseguir esconder minha voz fina, meu físico meio duvidoso e meu documento com um nome que me “entregava”.

Hoje, ao não ser visto como trans a princípio, e sim como um “homem qualquer”, passo despercebido pelos olhares julgadores. Porém, há quem se sintam enganado, frustrado ou ofendido ao descobrir minha identidade. Corro pequenos riscos ao ser uma pessoa trans invisível e passo ainda por medo ao frequentar banheiros ou vestiários. Apesar de não ter mais aparência feminina, e sim masculina (ou às vezes ainda andrógina), não me identifico como homem há um tempo. Sou uma pessoa trans, designada do sexo feminino, mas mais alinhada ao masculino, sem ser contemplada pelos gêneros binários e o que se espera deles.

É um desafio pertencer a um grupo carente de representatividade e com uma visibilidade carregada de preconceitos, mas que, afinal, são de pessoas que só querem viver suas vidas com dignidade. Sempre idealizo um mundo não sexista, com homens, mulheres e



não-binárias livres para viverem sua verdade, sua personalidade, suas ambições e suas histórias. Homens se libertando das amarras do gênero forte e inabalável, assumindo sua humanidade e suas fraquezas, sem associá-las a um gênero frágil. Mulheres se libertando do medo de serem invadidas, tendo a liberdade de fazer o que sentem desejo e sendo devidamente reconhecidas pelos seus feitos. Identidades trans e não-binárias também devem ser evidenciadas na luta por igualdade de gênero, por direitos, por respeito, por visibilidade, por proteção contra violências e pelo reconhecimento de suas existências e especificidades.

5. EXISTIR E RESISTIR É A SAÍDA

Este relato percorre a trajetória de uma existência transmasculina, desde a descoberta na infância até a afirmação na vida adulta, com o intuito de ilustrar as nuances da diversidade de gênero frequentemente invisibilizadas no espaço escolar. Ao expor os desafios do autoconhecimento, da disforia, da transição e da construção de uma masculinidade própria, fica evidente que a escola, enquanto instituição social, reproduz uma norma cisgênera que nega e silencia identidades como essa.

Segundo Madrid (2019), faz-se necessário a inclusão de gênero enquanto tema transversal na educação básica, com a abordagem de diferenciação dos conceitos de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, para melhor compreensão das inúmeras possibilidades existenciais, e sua utilização como categorias de análise histórica (*apud* Scott, 1995). Cabe à escola, enquanto espaço de formação cidadã, atrelar esses conteúdos de forma transversal, visando: o rompimento com o padrão homem cis heterossexual hegemônico; espaços mais representativos e acolhedores e estudantes com perspectiva crítica, problematizadora e transformadora sobre as suas realidades e a dos outros. Além disso, para melhor efetividade dessa proposta, a formação inicial e continuada de docentes deve incluir a discussão de gênero e sexualidade, conforme Madrid (2019) e Périco (2021) afirmam.

Périco (2021) também aponta que são poucas as instituições de ensino da educação básica que respeitam e valorizam as condições das pessoas trans, e o cenário mais comum é a de invisibilidade, que se estende ao currículo, livros didáticos, discussões e abordagens da escola. A experiência relatada é um exemplo de que a falta de representatividade e de discussão sobre gênero e transgeneridade no currículo não é uma mera lacuna, mas um ato de violência simbólica que objetiva a exclusão de indivíduos que transgridem a norma.

Se a educação deve ser um instrumento de libertação, ela precisa, como propõe bell hooks, ser radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, e

não pode ceder à educação neutra, que leva a “negar a política do racismo, do sexismo, do heterossexismo etc. que determina o que ensinamos e como ensinamos” (hooks, 2017).

A minha presença hoje no curso de Licenciatura em Geografia, e a minha futura atuação como docente, são atos políticos de resistência. Comprometo-me a ser o educador que não tive: um profissional que será ético e transparente sobre essa realidade, criando um espaço de aula em que nenhum aluno ou aluna se sinta só nas suas diferenças ou inferiores por elas. Para isto, conto com as contribuições e com o aprofundamento nos estudos das Geografias Feminista e *Queer*, para fundamentar a construção da minha docência e das minhas pesquisas.

A luta, portanto, vai além da minha individualidade. A violência que vitimou Demétrio Campos, Paulo Vaz e tantas outras pessoas trans, seja pela agressão fatal ou pelos discursos agressivos e odiosos que levam ao suicídio, é o resultado extremo da mesma transfobia estrutural que se manifesta no silêncio das salas de aula. Para combatê-la, é necessário normalizar as diversidades humanas. Portanto, é necessário inserir a discussão de gênero e sexualidade de forma transversal e antirracista nos currículos, combatendo a lógica colonial que hierarquiza corpos e identidades. O que não é possível sem formar continuamente educadores para lidar com essas diversidades, garantindo que a escola seja um ambiente de acolhimento, e não de reprodução de preconceitos. Consequentemente, valorizar a empatia e o conhecimento de outras realidades e identidades como pilares educacionais, também é crucial para que o julgamento seja substituído pelo diálogo e pelo respeito. Assim como Madrid (2019, p. 184) afirma:

se a escola espelha as estruturas, as dominações e as exclusões socioespaciais, ela também ocupa uma posição de promover debates que contribuam na reflexão destas estruturas (racista, patriarcal, machista, misógina, heteronormativa, transfóbica, homofóbica, bifóbica, por exemplo) para que se tenha uma quebra/desconstrução.

Deveríamos normalizar a equidade em meio às diferenças. Olhar para o próximo com empatia, antes de julgamento. Conhecer realidades diferentes da que está habituado e de alguma forma fazer movimentos contrários à desigualdade. Quem está numa posição de mais privilégio, logicamente tem mais força nesse combate. É responsabilidade de todos pensar em um mundo melhor, e cada um deve fazer o que está ao seu alcance. Existir e resistir é, de fato, uma saída. Mas essa existência precisa ser apoiada por uma educação que, de fato, busque a transformação social e a emancipação de todos os sujeitos.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Matheo. **Gênero como modalidade existencial. Revista da Abordagem Gestáltica**. Goiânia, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.18065/2021v27n1.5>>.

DIÉGUEZ, Carla et. al. **Transver o mundo: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo**. Organizadores: Cedec Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo: Annablume, 2021.

DRESCHER, Jack. **What is gender dysphoria?** Washington, EUA. American Psychiatric Association, 2025. Disponível em: <<https://www.psychiatry.org/patients-families/gender-dysphoria/what-is-gender-dysphoria>>;

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017;

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília, DF: [s. n.], 2012. 42 p.;

MADRID, Camila. **Gênero como conteúdo nas aulas de geografia na educação básica**. 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias. Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2877/2740>>;

PÉRICO, Lucas. **Educação e Sexualidade: a discriminação do público trans no contexto escolar**. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Araraquara, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/204122>>.